

Para não esquecer de lembrar – A imprensa negra do Século XIX (1833-1899);

Ana Flávia Magalhães Pinto *

Resumo: Ao reconhecer a existência da imprensa negra brasileira do século XIX e sistematizar um conjunto de oito jornais, o trabalho apresentado neste artigo se inscreve nos estudos sobre os processos de construção identitária de pessoas negras livres em meio à vigência do sistema escravista e seus desdobramentos imediatos. Ainda que localizados em espaços e períodos diversos – Rio de Janeiro (1833), Recife (1876), São Paulo (1889 e 1899) e Porto Alegre (1892-1897) –, esses periódicos vieram à baila em momentos marcantes para a história política brasileira e trouxeram representações, senão inversas, conflitantes. Entre as estratégias argumentativas, empreenderam o aproveitamento dos valores da democracia moderna, dos ideais iluministas e liberais para colocá-los a serviço do combate à discriminação racial e do estabelecimento de uma democracia efetiva. Desse modo, colocaram em xeque as efetivas condições de realização das promessas da igualdade moderna no Brasil oitocentista.

Palavras-chave: século XIX, imprensa negra, identidades.

Abstract: When recognizing the existence of the press black Brazilian of the century XIX and to systematize a group of eight newspapers, the work presented in this article he/she registers in the studies on the processes of identities construction of free black people amid the validity of the system escravists and its immediate unfoldings. Although located in spaces and several periods - Rio de Janeiro (1833), Recife (1876), São Paulo (1889 and 1899) and Porto Alegre (1892-1897) -, those newspapers came to he/she dances it in moments strong for the Brazilian political history and they brought representations, or else inverse, conflictives. Among the argumentative strategies, they undertook the use of the values of the modern democracy, of the iluminist's ideal and you liberate to place them to service of the combat to the racial discrimination and of the establishment of an effective democracy. He/she gave way, they placed in check the effective conditions of accomplishment of the promises of the modern equality in the 1800 Brazil.

Keywords: century XIX, presses black, identities.

Tanto a atuação organizada de grupos e indivíduos afro-brasileiros contra a discriminação racial, de forma ampla, quanto o estabelecimento de veículos de imprensa negra, em particular, têm sido fenômenos comumente localizados no século XX.ⁱⁱ Uma rápida observação é capaz de indicar que considerável parcela dos estudos desenvolvidos no e sobre o Brasil tem realçado as iniciativas levadas a cabo a partir do Novecentos em detrimento de outras antecedentes.ⁱⁱⁱ Dessa sorte, a despeito das intenções de quem os produz, forjam-se representações que conduzem à associação dos feitos da resistência negra livre da escravidão aos tempos que se seguiram ao fim desse sistema de exploração indébita.

A origem dessa fatura pode ser visualizada nas opções e nos recortes metodológicos que orientam a execução das pesquisas. De uma parte, o reconhecimento alcançado pelas ações do Movimento Negro no século passado serviu de estímulo à geração de narrativas que lhes garantiram lugares um tanto distantes do esquecimento. De fato, é inegável a importância de feitos como os jornais negros paulistas do início da década de 1910; a Frente Negra Brasileira, nos anos de 1930; o Teatro Experimental do Negro, em sua atuação dentro e fora dos palcos, que se inicia em 1944 e se estende em anos seguintes; as produções do Movimento Negro Unificado (MNU), potencializadas por sua fundação em 1978, a exemplo do *Jornal do MNU*, bem como tantos outros fatos. Somado a isso, quando outros trabalhos se voltam para períodos anteriores, tem-se o prevalente interesse por certas experiências e formas de resistência desempenhadas pelos africanos e seus descendentes submetidos ao regime escravista no Brasil na condição de cativo.

Para além do reconhecimento da legitimidade de vários desses estudos, as lacunas deixadas muito em virtude da restrição a essas áreas de interesse têm de ser admitidas. Inúmeras ocorrências permanecem à espera de um exame detido, o qual poderá, até mesmo, revelar outras conexões entre diferentes momentos e segmentos do grupo sociorracial negro. Até porque, tendo em mira o que se passou na última centúria, o historiador Flávio Gomes observa que:

De uma maneira geral, as lutas e as organizações negras no Brasil do século XX têm sido analisadas sob uma perspectiva a-histórica. Acusados de fracos, inconsistentes e sem continuidade, associações e movimentos sociais negros no Brasil republicano foram desenhados em muitos estudos com um processo de luta anti-racista: ora desdobramento linear de um abolicionismo inacabado, ora tradição romantizada das lutas escravas, tipo quilombos. (...) Enfatiza-se, assim, uma visão de vazios e/ou descontinuidades, que supostamente só haveria nestes movimentos e não em outros, como por exemplo, nas lutas operárias e nos partidos políticos.^{iv}

Tal questionamento, ao tempo em que destaca a urgência de um tratamento efetivamente histórico dessas ocorrências, também garante realce a situações precedentes, como o caso da existência e da atuação de jornais negros no século XIX brasileiro, da qual me ocupo. Ao ler pela primeira vez um número do pasquim *O Homem de Côr*, por volta de 1997, causou-me surpresa o fato de os textos datados de 1833 trazerem à baila denúncias de discriminação de ordem racial, apresentadas por publicistas que evidenciavam sua ascendência africana – por meio de termos da época como “pardo”, “mulato”, “de cor”. Dirigidas aos cidadãos negros da Corte, seu público, aquelas palavras se colocavam a serviço da afirmação dos talentos e das virtudes dos membros desse grupo sociorracial, a fim de estabelecer contrapontos aos prejuízos a que eram expostos.

Daquela admiração aos dias atuais, encontrei – ou fui encontrada por – outros periódicos com características muito próximas, contudo, publicados por pessoas diferentes, em épocas e locais igualmente distintos. No fim das contas, foram reunidos oito títulos, que, apesar dos intervalos, compreendem um período que vai de setembro de 1833 – ano do surgimento de *O Homem de Côr*, primeiro periódico encontrado – a agosto de 1899 – quando foi publicado *O Progresso* –, aparecendo em várias localidades do país. Ao todo, esses jornais negros respondem à seguinte ordem de lançamento: no Rio de Janeiro (RJ), em 1833, lançaram-se *O Homem de Côr ou O Mulato, Brasileiro Pardo, O Cabrito e O Lafuente*; de Recife (PE), em 1876, surgiu *O Homem: Realidade Constitucional ou Dissolução Social*; na São Paulo (SP) de 1889 circulou *A Pátria – Orgam dos Homens de Côr*; da capital gaúcha, Porto Alegre (RS), no ano de 1892, deu-se início a publicação de *O Exemplo*; e finalmente, também em São Paulo no ano de 1899 apareceu *O Progresso – Orgam dos Homens de Côr*.^v Todos esses jornais remetiam a contextos onde estavam reunidos autores e leitores negros unidos pelo interesse da circulação de informações de interesse do grupo sociorracial.

Curiosamente, muitos dos recursos argumentativos e das características distinguidas nesses títulos oitocentistas seriam encontradas por Roger Bastide reproduzidas nos jornais negros paulistas fortemente propagados nas décadas de 1920 e 1930. Bastide assim descreve sua amostra:

Em primeiro lugar, raramente, é uma imprensa de informação: o negro letrado lê o jornal dos brancos, é uma imprensa que só trata de questões raciais e sociais, que só se interessa pela divulgação de fatos relativos à classe da gente de cor. (...) Esses jornais procuram primeiramente agrupar os homens de cor, dar-lhes o senso da solidariedade, encaminhá-los, educá-los a lutar contra o complexo de inferioridade, superestimando valores negros, fazendo a apologia dos grandes atletas, músicos, estrelas de cinema de cor. É, pois, um órgão de educação. Em segundo lugar, é um órgão de protesto. (...) Outro caráter comum a toda a imprensa afro-americana é a importância dada à vida social, às festas, aos bailes, as recepções, aos nascimentos, casamentos e mortes – a exigência sociológica de mostrar seu status social e sua honrabilidade.^{vi}

Tal cenário indicava, assim como pressupunha, condições propícias à emergência de veículos da imprensa negra no Brasil. Todavia, na medida em que esses traços já apareciam nos títulos anteriormente publicados, eis uma outra pergunta: que grupos de pessoas estariam por trás de todas aquelas empreitadas jornalísticas oitocentistas? Na busca de respostas, o reconhecimento de um detalhe precioso, a saber, a existência e o desempenho de um razoável número de negros letrados capaz de, à época, gerar e absorver as idéias emitidas naqueles jornais, bem como disseminá-las entre os pares iletrados.^{vii}

A partir das linhas gerais desse quadro, recorro à sugestão de Antonio Candido^{viii} presente em suas reflexões sobre a formação do sistema literário brasileiro e tomo as categorias “autor”, “obra” e “público”, na qualidade de momentos da produção comunicativa, como estratégia de explicação do conceito de imprensa negra. A noção de pertencimento, sobretudo, tende a orientar essas três instâncias de acordo com suas especificidades. Nesse sentido, o reconhecimento de um jornal como manifestação da imprensa negra passa pelos laços desse com o contexto em que se insere.

Só que, tal como observado no debate sobre as expressões da imprensa brasileira, a depender dos objetivos, da ocasião e das perspectivas, esses requisitos de pertença não precisaram – ou precisam – ser contemplados em sua totalidade para que um impresso se afirmasse como tal. Mesmo porque, a história e a historiografia da imprensa brasileira fizeram-se muitas vezes a partir de obras capengas em alguns desses pontos – sem que essas não tivessem de ser descartadas ou consideradas ilegítimas.

Desse ponto de vista formal, imprensa negra, do mesmo modo que imprensa brasileira, imprensa abolicionista, imprensa operária ou imprensa feminina, é somente uma expressão composta em que o adjetivo posposto ao substantivo sugere algumas possibilidades de entendimento, às quais também se conectam questões relativas à autoria, ao público e aos objetivos – jornais feitos por negros?; para negros?; veiculando assuntos de interesse das populações negras?.

Ao apresentar um panorama dos jornais da imprensa negra no século XIX, como objetivo central, a investigação garantiu a veiculação de fragmentos de representações forjadas por homens negros livres ou até mesmo libertos acerca de questões caras ao seu cotidiano. Lançando-me nesse duplo desafio, pude consolidar a própria justificativa do trabalho, ou seja, contribuir para a eliminação de algumas lacunas que envolvem o conhecimento das trajetórias históricas dos descendentes de africanos em terras brasileiras. Grosso modo, o que desenvolvi corresponde ao resultado de problematizações voltadas tanto para as representações sociais que circulam nas falas dos jornais quanto para os processos de construção das identidades ali registradas, como expressões culturais historicamente urdidas.

Nesse artigo, interessa-me, pois, salientar esquematicamente semelhanças, diferenças, continuidades e, sobretudo, assinalar uma variedade dos recursos argumentativos utilizados pelos publicistas nas práticas de combate ao racismo, inscrita nesses momentos iniciais do jornalismo negro brasileiro. Proponho, com isso, o reconhecimento de um marco relativamente mais antigo acerca da impulsão da imprensa negra no Brasil a partir de títulos

pouco ou nada conhecidos; e com estas palavras começar a escrever um micro-capítulo sobre essa longa história dos descendentes de africanos no Brasil.

Com efeito, essa história poderia ser iniciada com as seguintes palavras: Foi num sábado de 1833, dois anos após a abdicação de D. Pedro I (o Sete de Abril) e a criação da Guarda Nacional, também chamada de “milícia cidadã”. O cenário era o da intensa agitação em torno dos valores da democracia moderna que marcou o período regencial. Vivia-se um momento de reafirmação prematura da cidadania brasileira. O primeiro jornal da imprensa negra no Brasil, o pasquim *O Homem de Côr*, surge a 14 de setembro, da Tipografia Fluminense de Paula Brito – um homem negro instalado na capital do Império –, pondo em xeque as efetivas condições de realização dessas promessas.

Em seu cabeçalho, reproduzido nos cinco números do jornal, de setembro a novembro de 1833, o que se vê é uma apresentação esquemática de um debate presente em todos os outros títulos: no lado esquerdo, a transcrição do parágrafo 14 do artigo 179 da Constituição de 1824, que diz: “Todo o Cidadão pode ser admitido aos cargos públicos civis, políticos e militares, sem outra diferença que não seja a de seus talentos e virtudes”; no direito, literalmente, reproduz-se um trecho de um ofício de Manuel Zeferino dos Santos, presidente da Província de Pernambuco, datado em 12 de junho de 1833: “O Povo do Brasil é composto de Classes heterogêneas, e de balde as Leis intentem misturá-las, ou confundi-las sempre alguma há de procurar, e tender a separar-se das outras, e eis um motivo a mais para a eleição recair nas classes mais numerosas”.^{ix}

Ao longo dessa proposta oficial de alcance nacional, estimulado pelo temor de os “homens de cor” chegarem ao controle de importantes espaços políticos e públicos, o presidente da província propõe a divisão da classe dos cidadãos de acordo com a tonalidade da pele, de modo a essa pautar a distribuição diferenciada e hierarquizada de cargos públicos. O objetivo era a instalação de uma forma mais eficaz de controle do poder, em que, no caso da Guarda Nacional, as altas posições não poderiam ser ocupadas pelos “homens de cor”, a classe mais numerosa, por isso ameaçadora... Os pasquins ocuparam-se de combater tal idéia, bem como outras tão caprichosas e discriminatórias quanto.

Localizado na extensa trama de resistência ao cotidiano hostil à gente de ascendência africana, o que se vê em *O Homem de Côr* pode ser conectado a feitos anteriores, a exemplo da Revolta do Búzios no fim do século XVIII, fundamentada em atos comunicativos,^x bem como se associa a realizações seguintes, entre as quais os próprios pasquins negros posteriores. De fato, a colonização lusitana ao lado de sua parceira preferida, a escravização

de populações negro-africanas, tiveram bem cedo a concorrência das respostas à barbárie formuladas pelos contingentes negros seqüestrados, neste caso, para a América.

Os caminhos conduziram tanto à adesão a irmandades católico-europeias quanto à afirmação de valores culturais e religiosos africanos; quer a transações no próprio domínio do cativo, quer à formação de espaços autônomos, como os quilombos.^{xi} Circunscritas ao escravismo ou para além dele, essas pessoas e seus descendentes ora se direcionavam a rupturas bruscas, ora faziam uso de medidas menos incisivas; em certas ocasiões concomitantemente. Tudo isso a depender das possibilidades locais, temporais, sociais e culturais; em outros termos, das representações sociais fundamentadas em matrizes de sentido diversas.

Acerca desse domínio, Denise Jodelet argumenta que, em virtude da partilha do mundo com os outros, “que nos servem de apoio, às vezes de forma convergente, outras pelo conflito, para compreendê-lo, administrá-lo ou enfrentá-lo”, estabelecemos as representações sociais que, assim, se tornam importantes na vida cotidiana. “Elas nos guiam no modo de nomear e definir conjuntamente os diferentes aspectos da realidade diária, no modo de interpretar esses aspectos, tomar decisões e, eventualmente, posicionar-se frente a eles de forma defensiva”.^{xii}

Tendo em vista aspectos dos espaços de socialização em que se inscreve a população negra oitocentista, em especial a fração livre e liberta, e o modo como esses são dados a ler pela historiografia – como momentos em que são operadas a construção e a disputa entre visões díspares e, até mesmo, conflitantes –, salienta-se a utilidade de uma recapitulação sumária sobre as representações forjadas em casos de disputa de poder, em que também está em jogo a construção de identidades sociais e culturais.

O cenário remete, então, a “uma história das modalidades do fazer-criar e das formas de crença, que é antes de tudo uma história das relações de forças simbólicas, uma história da aceitação ou da rejeição pelos dominados dos princípios inculcados, das identidades impostas que visam a assegurar e perpetuar sua dominação”.^{xiii} Essa rejeição das representações hegemônicas pode constar mesmo em um contexto de negociação, assim como pode haver a presença da aceitação dessas pelos alvos de dominação ainda que num momento de conflito – de modo que se torna impraticável uma explicação redutora desses embates.^{xiv}

Entre as mulheres e homens negros em contexto brasileiro, com o passar do tempo, ser escravizado, liberto ou livre – pela hierarquização explícita nessas posições – passou a informar conjuntos de ações específicas. Certas investidas, como o envolvimento duradouro na edição de jornais,^{xv} ficaram mais restritas à parcela livre e liberta, ainda que mantidos os laços com os escravizados. A virada do século XVIII para o XIX assistiu, dessa feita, a novas

estratégias forjadas por pessoas negras no intuito de se esquivarem dos tentáculos da ordem escravista. O próprio desenvolvimento dos espaços urbanos brasileiros manteve estreita relação com as possibilidades de ascensão social do contingente de livres e libertos. Idealizadas como regiões fecundas para os sonhos de liberdade de muitos, “as cidades da colônia brasileira recebiam neste período grande número de libertos e livres de origem africana, já que abriam caminho para o emprego em ocupações urbanas, propiciavam maior contato com livres e, por conseguinte, maior possibilidade de afastamento do passado escravo”.^{xvi}

Dado marcante nos títulos trabalhados, os conflitos gerados pelas múltiplas associações entre o racismo – nomeado ali ora como “preconceito de cor”, ora como “preconceito de raça” – e o desrespeito à cidadania dos indivíduos negros, seguidos pela insatisfação dos atingidos por tais arbitrariedades, figuram como a razão de ser de todas as folhas. Sob a vigência ou não do regime escravista, nos tempos da Monarquia ou da República, a Nação brasileira nunca apareceu nas páginas desses jornais oitocentistas como espaço acolhedor para os descendentes de africanos. Em vez disso, entre 1833 e 1899, emergem representações cada vez melhor ajambradas que atestam o acirramento das mazelas dirigidas ao grupo sociorracial negro.

Nas Constituições de 1824 e 1891, a universalidade da lei, a igualdade dos direitos civis entre os cidadãos e o mérito, como elementos formadores, invalidavam a estratificação social e a discriminação por conta de raça ou cor dos indivíduos – ainda que, na primeira, por conta da legitimidade da propriedade, a escravização absolutamente dirigida a pessoas negras permanecesse intocada. Aqui outro dado importantíssimo: as leis não eram instrumento feito para ser levado a sério em todos os momentos. As situações para tal teriam de ser criadas e legitimadas inúmeras vezes. Não por acaso, grande parte da argumentação formulada nas páginas dos periódicos negros destinou-se a essa empreitada. Fosse pelo caráter moderno e progressista que os ideais europeus vinham impingir ao cenário brasileiro de “atraso”, fosse pela necessidade de retirar o verniz da civilidade que recobria os atos arbitrários comuns ao sistema de privilégios vigente, os contra-argumentos acionados pregavam o respeito às letras que visavam a instituir a ordem no país.

Não obstante esse dado comum, as formas de apresentação variaram bastante. Mais restritos aos detalhes das disputas políticas hegemônicas entre liberais exaltados e moderados, os pasquins fluminenses do período regencial não lograram avaliações mais profundas; embora, verdade seja dita, demonstrassem atenção ao que se passava em outras províncias do Império, como Pernambuco. Em termos formais, os pasquins do período regencial

apresentavam uma linguagem ácida, particular ao jornalismo produzido na época. Como assinala Nelson Werneck Sodré:

A técnica de imprensa, ainda nos primeiros passos do país, ao tempo, acrescentou características formais ao pasquim: formato in-4º, quatro páginas em regra, preço de venda avulsa de 40 réis, 80 no caso de dobrar o número de páginas. Não havia venda nas ruas; comprava-se nas tipografias e nas lojas de livros indicadas, exemplares isolados ou por assinatura. O título se referia, via de regra, a pessoas, acontecimentos, coisas de interesse notório no momento; quando não, sob disfarce, guardava alusão a isso. O pasquim, habitualmente, não trazia o nome do redator. Muitos desses nomes, por isso mesmo, ficaram em dúvida, com o passar dos tempos e, para identificação, é necessário recorrer a depoimentos da época, nem sempre seguros.^{xvii}

Os números de *O Homem de Côr*, por exemplo, são assinados apenas por “O Redator”, marca localizada quase sempre na última página do pasquim. Mas quem estaria por trás dessa assinatura? Existiriam, ainda, chances reais de essa personalidade e a de outros redatores serem desvendadas? Aqui se instaura um enigma.

Seguindo algumas pistas, grande parte dos pesquisadores que trabalharam de alguma forma com esse pasquim, entre eles Hebe Maria Mattos,^{xviii} o classifica como um impresso ligado à facção exaltada na capital do Império. Porém, o historiador Hélio Vianna, sustentado em acusações emitidas em um outro pasquim, o *Indígena do Brasil*, defende a tese de *O Homem de Côr* ter como redator o “Coronel Conrado Jacó de Niemeyer, comprometido na intentona restauradora de 17 de abril de 1832”.^{xix} Tais conclusões se pautaram num artigo de tom provocativo que acusava vários personagens da época de serem pró-restauração, mas que, por vontade manifesta, queriam criticar os moderados substitutos do trono decaído:

Creiam os Portugueses, que já estamos mais perto de imitar os nossos irmãos e vizinhos ex-espanhóis, do que estivemos antes do aparecimento dos Caramurus, Papeletas, Homens de Côr, e outros tais escritos como estes que têm origem na perfídia e vingança que, como seus autores, David, Cavoé, e Conrado respiram todos os Lusitanos desesperados de verem ter desaparecido de seus olhos em menos de um dia toda a sua influência na pessoa do Lúcifer Bragantino, seu ídolo, e únicas esperanças de seus danados corações!!!^{xx}

A imputação, além de vaga, termina por nivelar os interesses da população negra livre às pretensões dos restauradores portugueses, como se não tivessem origens e diferenças bem delimitadas. O trecho chama para si o descrédito, uma vez que o protesto emitido em *O Homem de Côr*, mesmo com o marcado arrebatamento liberal exaltado, é ignorado naquilo que o dá sentido – sendo alvo de depreciações da parte dos moderados. Até a possibilidade de Francisco de Paula Brito, membro do Partido Exaltado, ter influenciado a orientação do periódico, como reconhece Hélio Vianna, não serviu de garantia, como também não livrou o tipógrafo de, naquele período, ter seu estabelecimento depredado sob o argumento de ser restaurador.

Agora, se o postulado por aquele pasquim e admitido por Vianna estiver correto, as idéias emitidas em *O Homem de Côr* se tornam, por motivos outros, mais instigantes, uma vez que as demandas dos cidadãos negros, próximas ou não aos ideais dos liberais exaltados, teriam sido usadas como plataforma de ação de um grupo não negro e portador de demandas diversas. Isso também serve para potencializar sua relevância naquele contexto, mesmo que por fundamentos indignos.^{xxi}

Censuras desse tipo também foram lançadas por Evaristo da Veiga a respeito do *Brasileiro Pardo*. Porém, a partir de uma perspectiva inversa à assumida no caso anterior. A *Aurora Fluminense* sustenta ou prefere fazer acreditar que a redação do pasquim recaía sobre o proprietário da Tipografia Paraguassu, o branco português David da Fonseca Pinto, para com isso deslegitimar a autoridade da folha:

Em – Pardo e Brasileiro – quis disfarçar-se Sr. David da Fonseca Pinto, digníssimo redator que foi do Poaquê, do V. Patriota, e ultimamente do Caramuru. Aquele que tanto inventivou e encheu de injúrias os de cabelo insubordinado, como ele dizia, aquele que tanto simpatizou com os festejos de março pela feliz chegada, e que combateu, com Lusitano patriotismo a indignação brasileira, então envolvida, é quem agora, torcendo o cabelo, e afetando indignação contra os garrafistas, se apresenta na cena, como pardo e antigo exaltado, hoje converso para o bom partido, e saudoso do homem que nos deixou.^{xxii}

Nisso fica preservada minha desconfiança acerca da perspectiva de Evaristo. Como observa Nelson Werneck Sodré, os veículos de imprensa da época viviam de acusações mútuas no afã de enfraquecer seus oponentes. O jornalismo era, de fato, um espaço para a criação de histórias, ambiente bem utilizado para a teatralização dos acontecimentos. Seja qual fosse o grupo de interesse, a preferência pela verdade era bastante relativa.

Particularmente, Evaristo da Veiga era perito nesse ofício. Na *Aurora Fluminense*, dificilmente àquele que demonstrava oposição ao liberalismo moderado não sobrava a alcunha de restaurador ou caramuru. Some-se a isso o fato de essa oportunidade não ter sido a única em que ele aproveitou para desmentir a participação de pessoas negras nos eventos políticos do Império. Em referência aos eventos do Sete de Abril, rebate a narrativa do *Verdadeiro Patriota*, apelidado por ele de o *Verdadeiro Caramuru*, segundo a qual: “O Fundador da Monarquia e Independência Brasileira foi obrigado por uma torpe sedição de tropa, e garrutos, envolvidos até com negros de ganho, ou de Ele assinar a lei fundamental na escolhas de seus ministros, ou de ser assassinado...”. Contra isso se projeta:

Sobre a insolência com que o V. Caramuru se exprime acerca da gente que teve parte na revolução de 7 de Abril, o que diremos, quando a imprudência e cegueira de alguns desses mesmos lhe insuflam a ousadia? As nossas tristes divisões têm dado aos escravos uma audácia que cairá por si mesma, logo que os liberais conheçam seus verdadeiros interesses e esqueçam intrigas miseráveis para se ocuparem com os

destinos da pátria, e para tratarem de impedir que as influências retrógradas preponderem outra vez no país. – Os negros de ganho não estavam no Campo da Honra na madrugada de 7 de Abril: nada tendo a ganhar numa ordem de coisas que só prometia liberdade, eles se escondiam assustados e receosos da vingança do povo que suas negridões tinham irritado. Era tal sua covardia que o rapaz de menos força e de condição mais humilde se atrevia a insultá-los em massa, sem que eles fossem ousados a dar mínima resposta. Só imploravam perdão e lastimavam o engano em que tinham vivido a respeito do ex-Monarca, que cobriam agora de injúrias e de baldões. Desses negros de ganho; conhecemos centos; mas nem um só podemos descobrir no Campo da Honra na célebre noite, que tanto os traspassou de medo.^{xxiii}

O publicista moderado socorreu-se no artifício de ridicularizar a figura dos negros de ganho, impingindo neles a personificação do medo. Para garantir o sucesso do espetáculo, era preciso escamotear certos “deslizes”, que por óbvio não estavam no *script* do conservadorismo. Felizmente, a diversão ficou garantida pelo contrastante temor ou, quando menos, pelo incômodo que as elites brancas manifestavam diante da mais discreta possibilidade de uma ação política feita por negros escravizados ou não, seja em associação entre grupos ou circunscrita à realidade específica de cada segmento.

Certamente não foram raros os lances em que rebeliões negras mexeram com o dia-a-dia da sociedade escravista e racialmente hierarquizada. Tais intervenções de escravizados, libertos ou livres muitas vezes lograram transformar práticas que atravancavam sua participação como membros efetivos e legítimos desse universo social. Para além do contexto local, essas ameaças efetivas tanto quanto simbólicas encontraram suporte fora das fronteiras brasileiras. A experiência do levante que culminou na formação do Estado negro do Haiti na virada do século XVIII para o XIX, por exemplo, correu as Américas, mexendo com a emoção de brancos e negros, a tal ponto que, como menciona João José Reis:

Em 1805, apenas um ano após a proclamação da independência haitiana por Jean-Jacques Dessalines, seu retrato decorava medalhões pendurados dos pescoços de milicianos negros do Rio de Janeiro, episódio que ganha maior significado se lembrarmos que Dessalines era também militar, o general comandante-em-chefe das forças haitianas que derrotaram os exércitos de Napoleão enviados para recuperar a ilha e reintroduzir a escravidão. (...) Na conjuntura revolucionária nordestina de 1824, o Haiti esteve muito presente. Em Laranjeiras, Sergipe, num jantar de “mata-caiados” – como se denominavam movimentos antilusos – deram-se vivas ao “Rei do Haiti” e a “São Domingos o Grande São Domingos”. No mesmo ano, durante a chamada Confederação do Equador, em Pernambuco, o comandante do batalhão de pardos em missão antilusa teria distribuído pasquins contendo os versos seguintes: “Qual eu Imito a Cristóvão / Esse Imortal Haitiano / Eia! Imitai ao seu povo / Oh meu povo soberano!”.^{xxiv}

Para completar, a população negra era temida, antes de tudo, por ser numerosa. Ao longo da primeira metade do século XIX, a cidade do Rio de Janeiro contou com a maior população escravizada urbana do hemisfério, bem como uma expressiva quantidade de

cidadãos negros, livres e libertos – de tal maneira que “vários viajantes que estiveram no Rio na primeira metade do século XIX estimaram que cerca de 2/3 da população da cidade era de cor”.^{xxv} Uma trama complexa que, em seus desdobramentos posteriores à década de 1850, motivou Sidney Chalhoub a chamá-la de “a cidade negra”:

Com efeito, os escravos, libertos e negros livres pobres da Corte haviam instituído uma cidade própria, arredia, alternativa, ao longo de décadas de luta contra a instituição da escravidão no século XIX. Esta cidade negra se fez através de movimentos e racionalidades cujo sentido fundamental, independentemente ou não das intenções dos sujeitos históricos, foi inviabilizar a continuidade da instituição da escravidão na Corte.^{xxvi}

É preciso enfatizar que, extrapolando a dicotomia senhor-escravo, os libertos e livres, “a elite africana no tempo da escravidão, constituíram a liderança de muitas revoltas escravas. Sem dúvida eles ocupavam posições estratégicas na estrutura social, a partir das quais podiam conspirar eficientemente contra a classe senhorial”.^{xxvii} Inscritos nessas responsabilidades, esses homens negros versados no modo de vida dos brancos eram alvo de constante desconfiança por simbolizarem uma ameaçavam eminente à ordem – ainda que em determinados casos isso nem participasse de seus objetivos.

Em tal contexto, a existência de jornais com títulos tão sugestivos quanto *O Homem de Côr*, *Brasileiro Pardo* e *O Cabrito* tinha tudo para despertar apreensão de gente como Evaristo da Veiga. Ainda mais quando as identidades desses emissores e receptores – e a própria mensagem – eram informadas por um pertencimento de grupo de marcação racial negra.

Na esteira dessas disputas de poder, ousou dizer que essa tarefa foi desempenhada de forma mais sofisticada pelos articulistas de *O Homem*, o jornal pernambucano de 1876. Indo além do realizado pelos pasquins 1833, registraram-se ali lances que extrapolavam os limites impostos pelas ciladas dos que se arrogavam a prerrogativa do controle social. Os publicistas articularam um repertório intelectual para desbancar as teorias raciais que postulavam a superioridade das raças “sem cor” e a inferioridade das raças “de cor”, termos encontrados no jornal. Em sua apresentação à capital da província, começava com o asserto:

Há tempo de calar e há tempo de falar. O tempo de calar passou, começou o tempo de falar.

A classe dos homens de cor, sem dúvida nenhuma, a mais numerosa e a mais industriosa do Brasil, parece atualmente voltada ao ostracismo pelos homens que nos governam, contra toda a justiça, contra a própria lei fundamental do país.

Embora os particulares tratem-nos com as atenções merecidas, embora muitos dentre eles se achem ligados conosco pelos laços da mais sincera amizade, todavia os fatos denunciam que o partido que há tempos predomina na província parece manter o propósito desleal de ir apartando dos empregos públicos aqueles nossos que para

eles haviam sido nomeados por consideração de seus talentos e virtudes, conforme preceitua a Constituição do Império.^{xxviii}

A inquietação marcava o ritmo da escrita e de suas motivações, os fatos. Debalde alguns brancos apoiassem as demandas dos cidadãos negros, a exceção servia para confirmar a força da regra. Nos tempos de D. Pedro II, práticas segregacionistas davam contornos cada vez mais definidos à sociedade brasileira, à nação que se queria formar. Na percepção do periódico, a Carta Magna corria o risco de ser apenas adorno nas mesas dos medalhões Brasil adentro. Não por outro motivo, o primeiro artigo de fundo põe à prova a crença de que o trabalho livre seria, de fato, instrumento para a equiparação de sujeitos tratados como desiguais ou somente engano motivado pelo calor da hora.^{xxix}

Em *O Homem*, não há indícios que sequer sugiram um reconhecimento ou a arquitetada continuidade do empreendido nos pasquins negros do Rio de Janeiro, mas o que nos anos de 1830 grassava como risco se transformara em dado da realidade de Pernambuco em meados da década de 1870, tendo destaque no jornal:

Sim houve tempo em que já tivemos deputados gerais, deputados provinciais, chefe e delegados de polícia, juizes municipais, desembargadores, tenentes coronéis comandando batalhões da guarda nacional, chefes de repartições, intérpretes públicos, secretários da presidência, da instrução pública, e do Ginásio, professores de instrução secundária, e vários outros empregados de uma condição menos elevada, o que tudo nos dava consideração e fazia que fossemos tratados em perfeito pé de igualdade com os demais cidadãos; infelizmente porém, deste expendido estado maior com que nos honrávamos, quase nada existe. Não há mais nesta província um só emprego de alta importância e consideração que seja exercido por homem de cor!^{xxx}

Diante do agravamento da situação, é curioso observar que à medida que o sistema escravista tinha suas estruturas mais e mais fragilizadas, aumentavam-se os problemas para a população negra livre e liberta. O crescente número de cidadãos negros e mesmo de escravizados no decurso do Oitocentos não deixou arrefecer nas elites o debate sobre o que se entendia e se pretendia como povo brasileiro. Mesmo porque, segundo os dados do Censo Demográfico de 1872, ao menos 58% da população nacional era negra (pretos e pardos).^{xxx} E é preciso não esquecer que grandes chances de imprecisão envolvem esses dados, podendo a cifra ter sido ainda mais expressiva. A desconfiança fundamenta-se nos desdobramentos relativos aos impasses gerados pela proibição do tráfico após 1850, aos quais os escravocratas muitas vezes responderam com a não-declaração das pessoas escravizadas ilegalmente. E antes de tudo, em face de hostilidades permanentes, a identificação como não branco estava submetida a temores de retaliações, fazendo com que “livres e libertos procurassem ser brancos” – prática logo reconhecida por Luiz Felipe de Alencastro.^{xxxii}

No caso específico da província de Pernambuco – que tempos antes recebera o honroso apelido de Leão do Norte, em virtude de sua importância na política nacional –, a crise da economia açucareira, aliada à proibição do tráfico internacional de mão-de-obra negro-africana escravizada, que favoreceu o tráfico interprovincial, não logrou dispersar a notável participação negra entre a população local, principalmente as dos segmentos livre e liberto. De um total de 834.314 habitantes, conforme o Censo de 1872, os pretos e pardos somavam 63,9% da população. Dessa mesma soma retira-se também que 10,5% da população era ainda escravizada à época. Ou seja, à sua maneira, os números confirmavam o que *O Homem* já dizia em seu primeiro número: os cidadãos pernambucanos eram majoritariamente negros.^{xxxiii}

Para além das limitações estatísticas, o caso é que certa infiltração de indivíduos da “classe dos homens de cor” em espaços de prestígios instou a aristocracia a se pronunciar. Cerca de um ano antes do surgimento de *O Homem*, “chegou ao ponto de publicar-se pela imprensa, e no próprio jornal oficial [o *Diário de Pernambuco*], que a nossa sociedade repugna aceitar homens de cor para empregos em que tenham de representar papel de pai, e outras insolências mais”.^{xxxiv} A atitude, em vez da reprovação do governo, foi bonificada, mesmo estando disponível o expediente de se acusar apenas o publicista responsável pelo texto ou o jornal. De tal sorte, nem sempre interessava dissimular a situação de conflito. Assim,

o atrevido que isto escreveu, em vez de ser demitido, como indigno, do emprego que já tinha, recebeu do ex-presidente Lucena um outro emprego em prêmio do seu atrevimento, e ainda presentemente é conservado funcionando em duas repartições provinciais diferentes no mesmo dia e recebendo quatro contos e tantos mil réis de ordenado. (...) ao mesmo tempo em que tais escândalos se praticavam, eram demitidos ou forçosamente aposentados, em um só ano, seis homens de cor que ocupavam diferentes empregos com perícia e honradez, não sendo nomeado nenhum dessa classe para substituí-los.^{xxxv}

O desejo e os esforços manifestos de impedir que negros assumissem até os cargos de pouco prestígio não deixavam muita coisa a fazer além do estabelecimento de um espaço para a resposta e o confronto. Aqui repousa outra justificativa de *O Homem*. Pois mesmo que algumas medidas acenassem para a democratização dos espaços públicos – como foi à época a Lei do Ventre Livre –, eram sempre engendradas prevendo a manutenção do controle sobre as pessoas negras livres do futuro próximo. A historiadora Clarisse Nunes Maia, embora não incorpore abertamente a discussão racial em seus argumentos, destaca:

Nas últimas décadas do século, com a Lei de 1871, que preparava o caminho para a formação de um mercado de trabalho livre, há uma intensificação na repressão à vagabundagem em nível municipal e as posturas servirão a este propósito. Em Pernambuco elas eram propostas pelas Câmaras Municipais, avaliadas pela Assembléia Provincial, a qual, depois do seu parecer, enviava-as ao presidente da província para serem aprovadas ou não.^{xxxvi}

Em diálogo como o Código Criminal do Império em determinados momentos, tais leis recaíam sobre os populares que realizavam suas tarefas e ações diárias à vista de toda a cidade, uma vez que essa era entendida também como um espaço do povo. Muita coisa acontecia nas mais variadas ocasiões e espaços em que as pessoas se encontravam – festividades religiosas, carnavalescas ou até ajuntamentos fortuitos. O que se passava incomodava à gente dos “salões, esquinas privilegiadas e lojas de pura escolha” e seus tantos outros simpatizantes. Entre as medidas repressivas, decorre a instituição em 1875 da postura que proibia “livres e escravos” de “afixar cartazes, anúncios, avisos, etc., nas paredes ou esquinas”. Localizado acima da implicância pueril, o asseio dos espaços públicos serviria de despiste para a garantia da segurança pública de particulares. Até mesmo a iluminação se tornava assunto de segurança, uma vez que “as áreas que possuíam iluminação pública eram freqüentemente as mais abastadas da cidade e que tinham comércio intenso”.^{xxxvii}

Tema de inúmeras queixas entre os cidadãos aos quais se dirigiam, intervenções dessa natureza não deixaram de ser capturadas e repreendidas nas páginas do *Homem*. No intuito de fazer frente à regra comezinha do “Aos amigos tudo, aos inimigos a lei!”, ao tempo em que recorria ao repertório legalista para autenticar sua fala, quem redigia os artigos também se municiava para a defesa da cidadania dos negros livres e libertos e o respeito aos direitos básicos dos, por ora, escravizados. Condignamente com esse propósito, escrevem-se declarações como esta:

Queremos a efetiva realização da igualdade constitucional para todos os brasileiros, qualquer que seja a classe a que pertençam; queremos como um direito que nos é outorgado pela própria natureza e reconhecido pela lei fundamental do país aquilo a que a uns tem sido até hoje absolutamente recusado, e a outros dado somente a modo de favor ou antes de esmola; queremos que os indivíduos que têm cor mais escura não sejam, somente por isso, considerados como inferiores aos que têm a cor mais clara, como se a cor, qualquer que ela seja, por si pudesse dar ou tirar merecimento a alguém; queremos a extinção total da escravidão no Brasil, único país do mundo em que tão reprovada instituição ainda desgraçadamente existe.^{xxxviii}

Além disso, estabeleceram-se ainda estratégias sociopedagógicas voltadas para o fortalecimento do meio social negro onde aqueles princípios e informações lograram circular. Valendo-se do reconhecimento do quão importante seria a educação da “classe dos homens de cor” para o alcance de condições sociais igualitárias entre todos os habitantes do país, *O Homem* estabeleceu seções para divulgar os atos arbitrários que atingiam o grupo sociorracial negro, os exemplos a serem seguidos e algumas saídas possíveis à opressão. As mais evidentes eram: a coluna “Homens de Cor Vítimas da Política Conservadora dessa Província”, a “Galeria de Homens de Cor Ilustres”, o “Noticiário”, havendo possibilidade de extensão às

“Variedades” e ao “Folhetim”. Ali, homens e mulheres negras livres, libertas ou ainda escravizadas seriam contempladas na abordagem de suas demandas. Além de ser, até onde se sabe, o primeiro jornal negro de Pernambuco, *O Homem* foi também o primeiro periódico abolicionista daquela província.

Agora, no que diz respeito ao poder de articulação com o público, ao que parece, somente o jornal *O Exemplo*, circulante na capital gaúcha a partir da última década do Oitocentos, alcançou maior êxito. No próprio impresso, fruto do encontro de indivíduos negros na barbearia de Esperidão Calisto, barbeiro e jornalista fundador do jornal, há vários indícios da confiança que recebia da população negra de Porto Alegre. Por meio de notas de felicitações por aniversários, casamentos, nascimentos, viagens e conquistas pessoais, bem como informes de falecimentos por morte natural – muitos de crianças – ou até mesmo por suicídio,^{xxxix} é possível avistar o alcance do impresso dentro da rede social à qual se ligava. Somadas aos exemplos individuais, muitas associações e sociedades de base negra registraram suas atividades nas páginas de *O Exemplo*.

O diálogo e a repercussão que o jornal mantinha com o meio social negro também se mostravam nas colunas-seções “Alfinetadas”, “Mexericando”, “Ferroadas”, “Carapuças” e “Pauladas”, as quais eram repletas de troças e gracejos sobre o comportamento de pessoas facilmente identificadas na comunidade. Ao serem lidos como fofocas por alguns, tantos julgamentos acabaram revertendo em várias reclamações aos redatores do jornal, mas como o órgão fazia questão de justificar: “Quando criamos a seção Mexericando, só tivemos em vista apontar pequenos desvios ou transgressões originadas por mera irreflexão de quem os praticasse, mas nunca transformá-la em balcão de intrigas, escândalos e maledicências”.^{xl} O caso é que a dimensão burlesca das tiradas era inegável, e essa emenda poderia ficar pior do que o soneto. Mas a bendizer, *O Exemplo* pretendia ensinar por meio do riso... Essa articulação parece ter sido bastante decisiva para o tempo de vida do periódico. Diferentemente dos outros títulos, *O Exemplo* conseguiu atravessar o século XIX, percorrendo ao todo 37 anos de existência.

O único motivo da ressalva quanto ao poder de articulação com o público repousa no fato de que, lamentavelmente, o alcance dos títulos da imprensa negra paulista não pôde ser confirmado. Contudo, os feitos que se seguiram nas três primeiras décadas do século XX – em especial o *boom* da imprensa negra no estado – estimulam conjecturas e curiosidades acerca do potencial aglutinador que possam ter desempenhado os periódicos *A Pátria*, de 1889 e *O Progresso*, de 1899. Interessante é que, enquanto *A Pátria* pouco disfarçava sua simpatia e suas esperanças perante o republicanismo, *O Progresso*, já em tempos da

República, vinha a público anunciando ter o único fim de “prestar auxílio desinteressado à raça a que pertencemos”.^{xli} O trem da história modernizadora, cada vez mais cheio de vagões, precipitava desejos de mudanças intensas, instava novos posicionamentos aos sujeitos sociais, ainda que a paisagem passasse por alterações bem mais lentas. Tais expectativas, ao deparar com a conservação do estado de coisas, resultavam em expressões de desgosto, frustração e indignação, tais como esta de *O Progresso*:

Passou-se o período mais angustioso para os homens pretos. Surgiu a aurora de 13 de maio, data de imorredoura glória de muitos pretos que foram os arautos da abolição como Luiz Gama, José do Patrocínio, Quintino de Lacerda, Rebouças e tantos outros.

Proclamou-se a República, o governo da igualdade, da fraternidade e quejandas liberdades. No movimento republicano, contavam-se muitos pretos e mulatos (que vem a dar no mesmo) que prestavam e prestam serviços inolvidáveis ao novo regime. Esperávamos nós, os negros, que, finalmente, ia desaparecer para sempre de nossa pátria o estúpido preconceito e que os brancos, empunhando a bandeira da igualdade e fraternidade, entrassem em franco convívio com os pretos, excluindo apenas os de mau comportamento, o que seria justíssimo.

Qual não foi, porém a nossa decepção ao vermos que o idiota preconceito em vez de diminuir cresce; que os filhos dos pretos, que antigamente eram recebidos nas escolas públicas, são hoje recusados nos grupos escolares; e que os soldados pretos que nos campos de batalha têm dado provas de heroísmo, são postos oficialmente abaixo do nível de seus camaradas; que para os salões e reuniões de certa importância, muito de propósito não é convidado um só negro, por maiores que sejam seus merecimentos; que os poderes públicos, em vez de curar do adiantamento dos pretos, atiram-nos à margem, como coisa imprestável?^{xlii}

O trecho evidencia que, além da abolição, a instauração da República ganhara já contornos de engodo nacional. Ao mesmo tempo, ampliava-se o sentimento de que a situação dos descendentes de africanos no Brasil piorava a olhos vistos. Quanto ao trato do passado monárquico, não há diferença, tanto a forma de governo quanto os seus representantes foram rechaçados por ambas as folhas.

Caberia ainda uma última ressalva. A par dessas questões que definem a imprensa negra brasileira, no que concerne a seu conteúdo e sua linha de atuação, é preciso ratificar que essa corresponde aos jornais feitos por afro-brasileiros que se inserem na luta contra a discriminação racial no Brasil. De maneira distorcida, costuma-se indicar o “engajamento” de parte da imprensa dominante no processo abolicionista como momento inaugural dessa batalha. Essa valorização da imprensa abolicionista, potencializada na década de 1880, entre outras coisas, encobre o balanço que ainda está por se realizar sobre como, por exemplo, os anúncios da economia escravocrata fizeram fortuna de vários órgãos da imprensa dominante. É verdade que personalidades como Luiz Gama, André Rebouças, José do Patrocínio e Manoel Querino formaram os quadros abolicionistas, muitas vezes colaborando ou mesmo

dirigindo impressos com esse fim. Todavia, a imprensa abolicionista, no que a definia, não necessariamente esteve em sintonia com as questões levantadas pela imprensa negra.

Por ora, diria ainda que esses momentos iniciais da imprensa negra no Brasil demonstram que, a despeito de inúmeros contratempos – entre os quais o próprio escravismo e seus instrumentos afins –, indivíduos e grupos negros aqui formularam falas próprias e tornaram-nas públicas. Ainda que não tenham alcançado simultaneamente todo o território nacional, esses impressos são parte do esforço coletivo de controlar os códigos da dominação e subvertê-los. Nas palavras de Frantz Fanon, “falar é poder usar certa sintaxe, possuir a morfologia de uma ou outra língua, mas é, sobretudo, assumir uma cultura, suportar o peso de uma civilização”.^{xliiii} Uma vez engolfadas pelo sistema colonial, coube às populações africanas dispersadas pelo mundo se posicionar. Posicionamo-nos.

ⁱ Este artigo corresponde a uma síntese de minha dissertação de mestrado em História pela Universidade de Brasília (UnB), com o título *De pele escura e tinta preta: a imprensa negra do século XIX (1833-1899)*, defendida em setembro de 2006, sob a orientação da professora doutora Eleonora Zicari Costa de Brito, com bolsa do CNPq.

* Mestre em História pela Universidade de Brasília

ⁱⁱ Utilizo o termo “negra(o)” nos contextos de referência à população descendente de africanas(os) e a seus feitos, em detrimento das variações atuais disponíveis sobre esses. Em algumas ocasiões, sirvo-me do termo “afro-brasileira(o)”. No entanto, nos momentos devidos, mantenho os termos utilizados nos jornais.

ⁱⁱⁱ Entre os vários trabalhos existentes, destacaria alguns: BASTIDE, Roger. *A Imprensa Negra do Estado de São Paulo*. In: BASTIDE, R. *Estudos afro-brasileiros*. São Paulo: Perspectiva, 1973; DOMINGUES, Petrônio José. *Negros de almas brancas? – a ideologia do branqueamento no interior da comunidade negra em São Paulo, 1915-1930*. *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 24, n. 3, 2002; FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. 3.ed. São Paulo: Ática, 1978; FERRARA, Miriam Nicolau. *A imprensa negra paulista (1915-1963)*. São Paulo: FFLCH/USP, 1986; MOURA, Clóvis. *História do Negro Brasileiro*. São Paulo: Ática, 1992 e MOURA, Clóvis. *Formas de resistência do negro escravizado e do afrodescendente*. In: MUNANGA, Kabengele (org.). *HISTÓRIA do Negro no Brasil – o negro na sociedade brasileira: resistência, participação e contribuição*. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2004; SILVA, Jônatas Conceição da. *Vozes quilombolas: uma poética brasileira*. Salvador: EdUFBA; Ilê Aiyê, 2004; SIMÕES PIRES, Antônio Liberac Cardoso. “Associações de Homens de Cor” – Imprensa negra, movimentos negros e ideologias sociais (1915-1937). In: SALGUEIRO, Maria Aparecida Andrade (org.). *A República e a questão do negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005; SOUZA, Florentina da Silva. *Afro-descendência em Cadernos Negros e Jornal do MNU*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

^{iv} GOMES, Flávio. *A nitidez da invisibilidade: experiências e biografias ausentes sobre raça no Brasil republicano*. In: SALGUEIRO, Maria Aparecida Andrade (org.). *A República e a questão do negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005, p. 49.

^v *Brasileiro Pardo*. Rio de Janeiro, Typographia Paraguassu, n. 1, 21 de outubro de 1833 (Obras Raras, Biblioteca Nacional); *O Cabrito*. Rio de Janeiro, Typographia Miranda & Carneiro, n. 1, 7 de novembro de 1833; n. 2, 20 de novembro de 1833 (Obras Raras, Biblioteca Nacional); *O Exemplo*. Porto Alegre, n. 1, 11 de dezembro de 1892 – n. 52, 11 de dezembro de 1893 (Coleção particular de Oliveira Silveira); *O Homem – Realidade Constitucional ou Dissolução Social*. Recife, Typographia do Correio do Recife, n. 1, 13 de janeiro de 1876 – n. 12, 30 de março de 1876 (APEJE – Hemeroteca: DJ 027/ J30, Jornais Diversos); *O Homem de Côr*. Rio de Janeiro, Typographia Fluminense de Brito, n. 1, 14 de setembro de 1833; n. 2, 28 de setembro de 1833 (Obras Raras, Biblioteca Nacional); *O Lafuente*. Rio de Janeiro, Typographia Paraguassu, n. 1, 16 de novembro de 1833 (Obras Raras, Biblioteca Nacional); *O Mulato ou O Homem de Côr*. Rio de Janeiro, Typographia Fluminense de Brito, n. 3, 16 de outubro de 1833 – n. 5, 4 de novembro de 1833 (Obras Raras, Biblioteca Nacional); *A Pátria – Orgam dos Homens de Côr*. São Paulo, n. 2, 2 de agosto de 1889 (Obras Raras, Biblioteca Nacional); *O Progresso – Orgam dos Homens de Côr*. São Paulo, Typografia Soler, n. 1, 24 de agosto de 1899 (Obras Raras, Biblioteca Nacional).

^{vi} BASTIDE, Roger, *op. cit.*, p. 130.

^{vii} Cf. CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade*. 8.ed. São Paulo: T. A. Queiroz & Publifolha, 2000 (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

^{viii} *Idem, ibidem*.

^{ix} *O Homem de Côr*. Rio de Janeiro, Typographia Fluminense de Brito, n. 1, 14 de setembro de 1833, p. 1.

^x Cf. MATTOS, Florivaldo. *A comunicação social na Revolução dos Alfaiates*. 2.ed. Salvador: Assembléia Legislativa do Estado da Bahia: Academia de Letras da Bahia, 1998.

^{xi} Cf. MOURA, Clóvis. *Formas de resistência do negro escravizado e do afrodescendente*. In: MUNANGA, Kabengele (org.). *HISTÓRIA do Negro no Brasil – o negro na sociedade brasileira: resistência, participação e contribuição*. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2004.

^{xii} JODELET, Denise. *Um domínio em expansão*. In: JODELET, Denise. (org.) *As representações sociais*. Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 2001, p. 17.

^{xiii} CHARTIER, Roger. *A história hoje: dúvidas, desafios e propostas*. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 7, n. 13, 1994. Disponível em: www.cpdoc.fgv.br/revista/asp/dsp_edicao.asp?cd_ed=31. Acessado em: julho de 2004, p. 9.

^{xiv} Uma das várias leituras nesse sentido se encontra em REIS, João José & SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito – a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

^{xv} Entre os jornais estudados, não encontrei a ocorrência de algum redator que estivesse submetido à escravidão. A imprensa negra oitocentista foi feita por cidadãos negros, conforme obrigava a lei.

^{xvi} GRINBERG, Keila. *O fiador dos brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 47.

- ^{xvii} SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4.ed. (atualizada). Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 182.
- ^{xviii} MATTOS, Hebe Maria. *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- ^{xix} VIANNA, Hélio. *Contribuição à história da imprensa brasileira (1812-1869)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945, p. 219.
- ^{xx} *O Índigena Brasileiro*. Rio de Janeiro, Tipografia de Miranda e Carneiro, n. 10, 9 de novembro de 1833 (Microfilme, Biblioteca Nacional), p. 2
- ^{xxi} Sobre os comentários de Hélio Vianna, caberia mais uma ressalva: embora os pasquins comentados pelo historiador – *Homem de Côr, Brasileiro Pardo, Crioulinho e O Cabrito* – guardem consideráveis diferenças entre si, esse invalida em todos a possibilidade de terem sido produzidos por pessoas negras.
- ^{xxii} *Aurora Fluminense*. Rio de Janeiro, Tipografia Americana, volume 6, n. 833, 25 de outubro de 1833, p. 3550.
- ^{xxiii} *Aurora Fluminense*. Rio de Janeiro, Tipografia Americana, volume 6, n. 791, 10 de julho de 1833, p. 3368.
- ^{xxiv} REIS, João José & SILVA, Eduardo. Quilombos e revoltas escravas no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, n. 28, dezembro de 1995-fevereiro de 1996m p. 27-28.
- ^{xxv} KARASCH apud CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade – uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 270.
- ^{xxvi} *Idem, ibidem*, p. 185.
- ^{xxvii} REIS, João José & SILVA, Eduardo, *op. cit.*, p. 35.
- ^{xxviii} *O Homem – Realidade Constitucional ou Dissolução Social*. Recife, Typographia do Correio do Recife, n. 1, 13 de janeiro de 1876, p. 1.
- ^{xxix} *Idem, ibidem*.
- ^{xxx} *Idem, ibidem*.
- ^{xxxi} ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privada no Império. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). *História da vida privada no Brasil*: Império. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 83.
- ^{xxxii} *Idem, ibidem*.
- ^{xxxiii} ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). Apêndice. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). *História da vida privada no Brasil*: Império. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 474 e 479.
- ^{xxxiv} *O Homem – Realidade Constitucional ou Dissolução Social*. Recife, Typographia do Correio do Recife, n. 3, 27 de janeiro de 1876, p. 2.
- ^{xxxv} *Idem, ibidem*.
- ^{xxxvi} MAIA, Clarisse Nunes. *Policidados: controle e disciplina das classes populares na cidade do Recife, 1865-1915*. Recife, 2001. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Pernambuco, p. 24.
- ^{xxxvii} *Idem, ibidem*, p. 34.
- ^{xxxviii} *O Homem – Realidade Constitucional ou Dissolução Social*. Recife, Typographia do Correio do Recife, n. 4, 3 de fevereiro de 1876, p. 2.
- ^{xxxix} Diferentemente do atual procedimento utilizado na imprensa, em *O Exemplo*, ocorrências de suicídio não apenas são notificadas, como também se apresentam informações detalhadas sobre os falecidos. Existem ao menos dois registros na amostra analisada. No número 38, lê-se: “Suicidou-se na terça-feira, 29 do passado, o cidadão Bello Antonio da Silva, estabelecido com casa de secos e molhados perto do Hospício de Alienados. O infeliz cidadão, que para cometer esse ato de desespero utilizou-se de um revólver, disparando-o no olvido, deixa seus filhos e viúva em difíceis condições de existência” (*O Exemplo*, n. 38, 3 de setembro de 1893, p. 2). Dez números depois, outro caso: “Suicidou-se no sábado à noite, atirando-se de bordo do vapor que ia para a Margem, a jovem Maria Ângela, residente no alto da Caridade. Ignoram-se os motivos que a levaram a esse ato de desespero” (*O Exemplo*, n. 48, 15 de novembro de 1893, p. 3).
- ^{xl} *O Exemplo*, n. 20, 30 de abril de 1893, p. 1.
- ^{xli} Apesar de suas diferenças, ao que parece, essas duas empreitadas da imprensa negra em São Paulo mantiveram certa relação. Essa possibilidade é sugerida pela publicação em *O Progresso* de uma nota de falecimento de Arthur Carlos, em 11 de agosto. O ex-redator de *A Pátria* era saudado como um prezado amigo e companheiro de lutas. *O Progresso* informava sua intenção de publicar uma pequena biografia do companheiro, mas isso não havia sido possível naquele número em virtude do atraso em que o material chegou à redação. Todavia, prometia apresentá-la na edição seguinte.
- ^{xlii} *O Progresso*, n. 1, 24 de agosto de 1899, p. 3 – grifos meus.
- ^{xliii} FANON, Frantz. *Pele negra máscaras brancas*. Rio de Janeiro: Fator, 1983 (Coleção Outra Gente, v. 1), p. 17.